

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.643.853 - PR (2020/0004023-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : THOMAZ LAURENTINO DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE : UMBELINA CARRARO SANTOS
AGRAVANTE : VADISLAU GRENTESKI
AGRAVANTE : ZULMIRA ALVES CORDEIRO
AGRAVANTE : VALDIR FERNANDES NERY
ADVOGADOS : ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO - PR016601
ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER - PR027589
AGRAVADO : PARANAPREVIDENCIA
ADVOGADO : DEBORA RABELO DE PAULA - PR055951
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : ANNETE CRISTINA DE ANDRADE GAIO - PR015630

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por THOMAZ LAURENTINO DE ALBUQUERQUE e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS AÇÃO COMINATÓRIA IMPUGNAÇÃO
AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA APELAÇÃO 1
AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO DO ESTADO AO
PAGAMENTO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CONDUTA
QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES DO ART 80 DO
CPC/2015 RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 502, 503, 507 e 508 do CPC, no que concerne à afronta à coisa julgada, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Ora! Não discutido o regime jurídico dos recorrentes no momento oportuno, ou seja, na fase de conhecimento da Ação n.º 824/2005, e tendo sido realizado o reenquadramento de maneira administrativa pelo Estado do Paraná em cumprimento às disposições das LC 92/2002 e 131/2010, não há como se admitir que o Acórdão transitado em julgado tenha garantido "ser devida aos associados do Sindicato, a percepção das quotas relativas ao prêmio de produtividade, desde a concessão de cada aposentadoria" a pessoas diversas dos exequentes, ora apelantes.

Dessa forma, a aplicação da decisão do Incidente de Inconstitucionalidade n. 315.883-8/01 que pretende discutir o que já está protegido pela segurança jurídica dos recorrentes afronta certamente a coisa julgada (fl. 887).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 85, § 2º, do CPC, no que concerne ao valor arbitrado a título de honorários advocatícios, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

E, por isso mesmo, entende-se que a condenação em 8% é desarrazoada, pois como se percebe dos autos, o Estado do Paraná e a ParanáPrevidência se manifestaram no processo com petições de conteúdo idêntico a todas as demais manifestações nos cumprimentos de sentença das Ações Ordinárias n.º 1397/2005 e n.º 824/2005 (fl. 890).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial pois interposto contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

Nesse sentido: “É inviável, em recurso especial, a revisão de julgado que possui fundamentação exclusivamente constitucional para declarar devida a paridade de remuneração entre trabalhadores ativos e inativos, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1.744.165/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp n. 1.757.744/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; e AgInt no REsp n. 1.503.220/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 5/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e *astreintes*, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos” (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Turma, DJe 28/02/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1280289/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/03/2019, DJe 21/03/2019; AgInt no AREsp 1.316.077/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 26/02/2019; AgInt no AREsp 1.341.142/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 04/02/2019; e REsp 1.771.668/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente